

ECONOMIAPor FABIANO BELLATI

Fabiano Bellati é comentarista de Economia e Política Internacional, Mestre em Relações internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora em Portugal, Mestre em Administração de Empresas pelo Unisal, escritor e consultor. Como professor Universitário passou pelas principais universidades brasileiras nas áreas de gestão, economia e marketing.

Crise Econômica e Explosão do Dólar no Brasil: Um Alerta para 2025

Brasil enfrenta uma turbulência econômica que já reflete diretamente no câmbio. Após a adoção de medidas mal sucedidas pelo ministro da Fazenda, que buscavam conter os gastos públicos, o dólar disparou para níveis alarmantes. Essas políticas, consideradas insuficientes para equilibrar as contas públicas, resultaram em um aumento da percepção de risco por parte dos investidores internacionais, culminando no rebaixamento do Brasil pelas principais agências de classificação de risco

A Standard & Poor's, por exemplo, reduziu a nota de crédito soberano brasileira, justificando a decisão com a "falta de compromisso claro com ajustes fiscais de longo prazo". Isso afastou investidores estrangeiros, pressionando ainda mais o real. O dólar, que estava cotado a cerca de R\$ 5,50 no início do ano, ultrapassou os R\$ 8,00 em dezembro de 2024 e ameaça atingir os R\$ 10,00 em 2025, caso a trajetória fiscal não seja revertida.

Entre os fatores que justificam essa escalada estão:

Descontrole fiscal

O déficit primário atingiu 4% do PIB

em 2024, marcando o maior valor em uma década e demonstrando a falta de disciplina fiscal por parte do governo. As despesas públicas cresceram em ritmo acelerado, impulsionadas por programas sociais sem contrapartidas econômicas claras e por projetos de infraestrutura que excederam os orçamentos iniciais. Além disso, a incapacidade de promover cortes significativos nos gastos obrigatórios, como previdência e folha de pagamento do funcionalismo público, aumentou ainda mais o endividamento, deteriorando a confiança dos investidores.

Desconfiança internacional

O Tesouro Nacional enfrentou sérias dificuldades em rolar dívidas no mercado internacional devido à crescente percepção de risco. Os investidores têm demandado prêmios mais altos para financiar o Brasil, encarecendo significativamente o custo de emissão de novos títulos da dívida. Essa deterioração na confiança tem sido reforçada pela ausência de reformas estruturais e pela volatilidade política, fatores que aumentam o temor de um possível default.

Aumento de impostos

O governo, em uma tentativa de

compensar o rombo fiscal, promoveu a criação de novos tributos e a elevação de alíquotas já existentes, atingindo tanto empresas quanto cidadãos. Com isso, a carga tributária do Brasil alcançou níveis sem precedentes, superando 40% do PIB, consolidando o país como um dos mais onerados do mundo em termos tributários. O aumento desproporcional em impostos sobre consumo, renda e propriedade afetou diretamente a atividade econômica, desencorajando novos investimentos e reduzindo o poder de compra da população.

Perda de competitividade

A elevação das tarifas de importação, implementada como estratégia de proteção ao mercado interno, gerou um efeito contrário ao desejado. O encarecimento de insumos importados prejudicou diversas indústrias, especialmente aquelas dependentes de componentes estrangeiros, como a automotiva e a de tecnologia. Isso resultou em produtos finais menos competitivos, tanto no mercado doméstico quanto no externo. Além disso, o aumento nos custos operacionais levou muitas empresas a reduzirem sua produção ou até mesmo a encerrarem atividades, am-

pliando o desemprego.

Inflação alta e juros elevados

O IPCA acumulado em 2024 ultrapassou 7%, refletindo a persistência da inflação em patamares elevados. Esse cenário obrigou o Banco Central a manter a taxa Selic acima de 13% durante todo o ano, elevando o custo do crédito e dificultando o acesso a financiamentos por parte de empresas e consumidores. A combinação de inflação alta e juros elevados não apenas restringiu o consumo interno, mas também tornou os títulos brasileiros menos atraentes para investidores estrangeiros, contribuindo para a fuga de capitais.

Aumento do risco-país

O CDS (Credit Default Swap), indicador que mede a percepção de risco, atingiu os níveis mais altos desde 2016, sinalizando a crescente incerteza quanto à capacidade do Brasil de honrar seus compromissos financeiros. Esse aumento no risco-país é impulsionado não apenas pela deterioração fiscal, mas também pela instabilidade política e pela percepção de que o governo não possui um plano claro para reverter a crise. A alta no CDS encarece ainda mais o custo de captação no mercado externo, criando um círculo vi-

cioso de desconfiança e retração de investimentos.

Além disso, o fortalecimento do dólar globalmente, em virtude da política monetária restritiva dos Estados Unidos, agrava a situação. O Federal Reserve manteve taxas de juros altas ao longo de 2024, atraindo investidores para os títulos americanos e tornando países emergentes como o Brasil menos atrativos.

Com as reservas internacionais brasileiras sob pressão – caindo de US\$ 350 bilhões em 2022 para menos de US\$ 300 bilhões em 2024 – a capacidade de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio está limitada. Se nada mudar, o Brasil corre o risco de enfrentar não apenas um dólar a R\$ 10,00, mas também um impacto severo na inflação, no desemprego e na confiança dos consumidores.

Para evitar um colapso, medidas mais agressivas e eficazes serão necessárias, como cortes reais nos gastos públicos, reforma tributária ampla para reduzir os encargos sobre a produção e o consumo, e a retomada de reformas estruturantes que incentivem a produtividade e o investimento. Sem isso, o cenário para 2025 se tornará ainda mais desafiador.

